

O estudo de Leitao tem ainda o mérito de trazer para a discussão aspectos físicos (particularmente presentes na filosofia pré-socrática ou naturalista, como a de Parménides, Empédocles e Demócrito), relacionados com a procriação, o que complementa de forma exemplar o livro que deverá interessar estudantes de filosofia antiga, mas também mitólogos, filólogos e historiadores da Antiguidade.

Nuno Simões Rodrigues

Universidade de Lisboa, Centro de História

HANS BECK ed. (2013) *A Companion to Ancient Greek Government*. (Blackwell Companions to the Ancient World), Oxford, Wiley-Blackwell, 2013, xviii+590 pp. ISBN 978-1-4051-9858-5 (£120.00).

Insistindo na missão de apresentar *Companions* para os temas mais importantes da cultura antiga, desde a literatura, história ou arte, através da série *Blackwell Companion to the Ancient World*, a editora Blackwell deu à estampa, em 2013, um novo volume, *A Companion to Ancient Greek Government*. Coordenado por Hans Beck, o *Companion* reúne um vasto leque de estudos (32 no total, organizados em sete partes), que apresentam uma visão panorâmica, através das fontes escritas, arquitectónicas, epigráficas e arqueológicas, das várias constituições/instituições políticas e administrações públicas gregas, desde a época arcaica até ao Helenismo.

Neste livro, o leitor é uma vez mais confrontado, como tantas vezes acontece no estudo da Grécia Antiga, com a proeminência assumida pela *polis* ateniense, que graças aos testemunhos que nos chegaram, em especial no que diz respeito às questões cívicas, arroga um peso particular em muitos dos estudos que compõem a obra. Ao contrário do que acontece com Esparta, por exemplo, cidade para a qual as evidências são escassas.

A primeira parte, *Greek Government in History*, reúne as colaborações centradas na história da *polis*, iniciando-se com o texto de Jonathan M. Hall, que centra a sua atenção nas diferenças entre as definições de *polis* descritas por autores da época clássica com a realidade encontrada no registo arqueológico para os períodos anteriores. O texto lança algumas luzes sobre questões económicas, culturais e sociais, apesar de ser omissa nas questões políticas. Barry Strauss, por seu lado, concentra-se nos 150 anos que decorreram entre o fim das Guerras Pérsicas e a morte de Filipe da Macedónia, um período fundamental para a história da Civilização Ocidental, a época de ouro da cidade-estado e o apogeu da democracia ateniense, que é confrontada com a realidade espartana. O texto seguinte, da autoria de Rolf Strootman, desloca o foco da investigação para as cortes das dinastias que resultaram da divisão do império de Alexandre, Antigonidas, Ptolemeus

e Selêucidas, que se tornaram centros importantes para a política helénica. O autor propõe-se examiná-las como sendo instrumentos de «império» e centros para a redistribuição de estatuto social, poder e riquezas, através de instituições e práticas da corte macedónia, entre as elites provenientes de todo o «império». Hans-Ulrich Wiemer tenta demonstrar que o regime democrático continuou inalterado nos primeiros anos da época helenística, enquanto analisa os processos que foram lentamente substituindo a democracia por outros regimes políticos, já durante a hegemonia romana.

A segunda parte, *Ancient Templates and Typologies*, inicia-se com o texto de Kurt A. Raaflaub, que centra a atenção na reflexão grega sobre a política, instituições e constituições, com especial atenção no período arcaico e nos motivos que levaram os Gregos a pensar em novas formas de governo. Luc Brisson continua a reflexão anterior, ao introduzir a obra platónica e a visão do filósofo, crítico da democracia ateniense, sobre o estado, líderes e leis, tal como se pode ler na *República*, nas *Leis* e no *Político*. Neste texto, defende-se a ideia de que só os detentores do conhecimento podem educar os concidadãos na obtenção da virtude e da excelência e, como tal, só eles estão habilitados a governar a cidade. Peter L. P. Simpson, à semelhança dos textos anteriores, junta à contribuição de Aristóteles a de John Rawls, confrontando as noções políticas do filósofo grego com as do nosso tempo. Políbio, cujo pensamento político teve um profundo impacto no pensamento ocidental, apresenta uma ideia estética, religiosa, cultural, social e uma educacional *politeia* moral, fundamental para definir o carácter colectivo de um povo. Este historiador grego é o protagonista do texto de Craig B. Champion. Por seu lado, Nino Luraghi estuda a conotação negativa que a figura do monarca sempre possuiu na cultura grega, desde Homero à época helenística, apesar de ser uma presença omnipresente na literatura e na filosofia política e de nenhuma cidade ter sido de facto governada por um rei. Todavia, o tirano era por eles considerado uma espécie de rei, alguém que governa para seu próprio interesse e contra os interesses dos cidadãos. Já o texto de Hartmut Leppin alerta para a dificuldade em identificar a constituição de muitas cidades nas fontes escritas e para os cuidados a ter com os conceitos de «democracia» e «oligarquia» que, longe de serem descrições da realidade histórica, são muitas vezes construções elaboradas para estruturar a multiplicidade de realidades vividas pelas cidades-estado, visto que a dicotomia entre ambas formula outro conceito chave do pensamento grego.

A terceira parte, subordinada ao tema *To Rule and be Ruled: Greek Governing Bodies*, centra-se nas questões de cidadania e magistraturas. Josine Blok concentra-se nas concepções de cidadania entre os Gregos antigos, em particular nas estruturas e não tanto no seu desenvolvimento histórico. A autora destaca ainda a importância da cidadania no desempenho de cargos políticos e religiosos, assim como na herança de propriedades e na oferta de herdeiros legítimos à cidade. Por sua vez Alex McAuley

retoma o tema anterior, ao abordar o governo das cidades gregas através das magistraturas, cada uma criada à medida das necessidades de cada *polis* e desempenhadas pelos cidadãos, que viviam a dualidade de governar e de serem posteriormente governados. Segue-se a contribuição de Robert W. Wallace, que se inicia no mundo homérico, para apresentar a evolução das assembleias e conselhos em várias cidades helênicas, assim como o comportamento das elites gregas. Homero tem novamente honras de abertura no capítulo seguinte. Da autoria de Domingo Aviles e David C. Mirhady, o texto recorre uma vez mais a Homero para abordar a aplicação da justiça, antes de avançar para os motivos que estiveram na origem da passagem das leis orais a escritas, apresentando como exemplo a compilação de Gortina e de Drácon. Em simultâneo, os autores exploram a administração dos tribunais atenienses (cinco no total), a selecção dos júris e, finalmente, a arbitragem, um processo que na cidade da Ática se encontra documentado em grande medida pela oratória forense, que nos legou múltiplos exemplos de processos apresentados nos tribunais.

A quarta parte, intitulada *Process and Procedure*, inicia-se com a colaboração de Michael Gagarin, que concentra a atenção na história e natureza da legislação helênica, assim como na da compilação/codificação da mesma, desde Homero até ao Helenismo. Neste sentido, procuram-se paralelos e influências nos códigos legislativos do Próximo Oriente. O capítulo seguinte, da autoria de Elizabeth Kosmetatou, apresenta a forma como o sorteio de nomeação dos magistrados era feito pelos Gregos, baseando-se na descrição pormenorizada da *Constituição dos Atenienses* de Aristóteles e nas evidências epigráficas e arqueológicas dos sistemas (*kleroteria*) utilizados nos sorteios. A autora apresenta ainda um índice com o catálogo dos testemunhos arqueológicos destes aparelhos conhecidos, quase todos datados do período helenístico. Pierre Frohlich aprofunda um tema aflorado por alguns dos autores anteriores: o equilíbrio de poder, característica importante das instituições políticas na Grécia Antiga, que motivou o aparecimento de medidas (como o exílio, o ostracismo, a limitação de mandatos ou a prestação de contas, perante o tribunal, no final de mandato), de modo a evitar a concentração do poder nas mãos de um só indivíduo e a manter uma supervisão rigorosa das magistraturas. Por sua vez, Loren J. Samons II concentra-se na importância do discurso no mundo grego, em que um aspirante a estadista, além do nascimento, riqueza e carreira militar, era obrigado a dirigir-se aos concidadãos nos diferentes órgãos governativos. A autora apresenta três tipos de discurso público na *polis*: o discurso formal perante a assembleia ou tribunais, o discurso informal (antes de uma batalha ou palestras dadas pelos sofistas) e o discurso literário, em que se incluem as orações fúnebres, as odes ou panegíricos. O texto conclui-se com o tema da liberdade de expressão na Grécia.

Frances Pownall inicia a quinta parte, intitulada *Responsibilities and Realms of Action*, com *Public Administration*, um tema que não se afigura fácil de descortinar, dado que as fontes escritas não se interessaram muito em descrever o funcionamento do governo no dia-a-dia. Os historiadores têm assim complementado as fontes epigráficas com os discursos dos Oradores Áticos ou com a *Constituição dos Atenienses*, em que vários passos descrevem a estrutura e administração da Atenas democrática do seu tempo. Pownall debate ainda as liturgias, que a cidade esperava que os cidadãos mais abastados assumissem, para financiar as necessidades militares, religiosas, e os programas de construção monumental, concretizados a partir do século VIII a.C. Lynn Kozak explora a instituição da efebia, que se tornou a definição cultural da grande maioria das cidades gregas e através da qual era ministrada formação cívica e militar aos jovens. Esta instituição transcendia o grupo social de origem ou a profissão de um indivíduo, sendo cimentada com um juramento. A investigação inicia-se na época arcaica, com exemplos de educação cívica e militar, através de fontes literárias e do exemplo espartano, antes de se concentrar no caso de Atenas e nas instituições de efebos do período helenístico. John Serrati examina a guerra e as estruturas criadas para a sustentar até à conquista macedónica, através de imposto e de dízimos, uma vez que as novas realidades que a guerra foi implicando, como marinha e cavalaria, envolviam avultados investimentos, ou mercenários e soldados profissionais. *Finance and Taxes*, de Vincent Gabrielsen, leva o leitor para o domínio financeiro uma vez mais e, apesar de intitulada “finança e impostos”, o autor concentrou a pesquisa no estudo da tributação, uma área descuidada pela historiografia na história da Atenas Clássica, conquanto esta fosse uma das principais preocupações dos estados antigos. A par da tributação, Gabrielsen estende a sua linha de investigação aos diferentes impostos existentes e às prerrogativas sobre a cunhagem, pesos e medidas. Robert Hannah aborda o tempo e o modo como era medido e dividido na Antiguidade, através da utilização de relógios de sol e de água ou mesmo através da medição da sombra. O autor incluiu também referências aos calendários em vigor em Atenas. Pierre Bonnechere propõe-se tratar, apoiando-se nos testemunhos epigráficos, a participação pública na religião ateniense, assim como a forma através da qual a cidade organizava, com recurso a oráculos, o contacto com os deuses, desde a época clássica até ao período helenístico, sem esquecer o culto privado ou as perguntas e temas evitados na consulta aos oráculos.

A sexta parte, dedicada ao tema *Space and Memory*, principia com o texto de Charles W. Hedrick, Jr., o qual aflora a criação de espaços e estruturas cívicas e monumentais na Grécia e a sua relação com a memória, enquanto Adele C. Scafuro se concentra nos arquivos das *poleis*, frequentemente instalados em templos e que preservavam os documentos da cidade, como tratados, decretos, correspondência oficial, inventários, listas de

magistrados ou cidadãos. A autora debruça-se ainda sobre os materiais usados para preservar os documentos e sobre a existência ou não de cópias de todos os documentos inscritos em pedra. Por sua vez, Jennifer Neils procura determinar as diferentes modalidades de expressão artística que resultavam dos diferentes regimes políticos da Grécia, em especial nos monumentos construídos com fundos públicos, como templos e a sua decoração escultórica. Finalmente, Pauline Schmitt Pantel volta a abordar o tema da memória colectiva na *polis* e as diferentes formas através das quais era expressa: monumentos, túmulos, rituais, festivais que congregam conotações religiosas e acontecimentos políticos e históricos como vitórias em batalhas, sem esquecer a sua antítese, i.e., o acto simbólico de a comunidade escolher esquecer um acontecimento traumático, processo também conhecido como *damnatio memoriae*.

A sétima e última parte, dedicada ao tema *Government Beyond the City-State*, inicia-se com Peter Funke, que estuda as anficionias e, em especial, a anficionia de Delfos, com referências também à de Delos, uma tentativa da Grécia arcaica de ultrapassar a fragmentação das *poleis*, visto que a crença nos mesmos deuses foi sempre um factor de união dos Gregos. Jeremy McInerney elabora, por sua vez, a história das linhas de estudo sobre as federações que foram sendo criadas ao longo da História da Grécia, inventariando os elementos comuns às diferentes federações, situadas frequentemente num santuário. Complementando o texto anterior, Thomas Figueira e Sean R. Jensen concentram-se nas ligas, formadas com propósitos defensivos, como foram os casos das Ligas do Peloponeso, Helénica e de Delos, da Segunda Confederação Ática ou da Liga de Corinto, apresentando as respectivas histórias e características, como estruturas de comando de governo, finanças, autonomia ou obrigações religiosas. Sheila L. Ager encerra a sétima parte com uma abordagem da história e eficácia das estratégias utilizadas pelos Gregos para resolver os conflitos e manter a paz entre as diferentes cidades (como tratados de paz, juramentos ou mediação de uma terceira parte).

O Epílogo, *The Legacy of Greek Government – Something That Has “Never Occurred Again”?*, a cargo de Uwe Walter, encerra o *Companion*. Todos os artigos estão escritos em inglês e, apesar de reunir autores de diferentes proveniências e uma grande diversidade de temas, frequentemente aflorados por alguns autores, não encontramos uma repetição exaustiva dos mesmos. Apresentam-se igualmente todos os textos antigos traduzidos e os termos gregos transliterados, o que permite a um público não especializado uma consulta mais confortável. Encontramos uma extensa bibliografia e um índice geral; contudo, é notória a ausência do *Index Locorum* para complementar o anterior.

Nídia Catorze Santos

Universidade de Lisboa, Centro de História